

---

## **A ABORDAGEM DA CATEGORIA PAISAGEM PROPOSTA PELA NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA A GEOGRAFIA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Nelci Soares da **SILVA**  
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT  
E-mail: nelci.soares@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1803-5159>

Judite de Azevedo do **CARMO**  
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Programa de Pós-graduação em  
Geografia  
E-mail: judite.carmo@unemat.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7810-7559>

Kárita de Fátima **ARAÚJO**  
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT/Universidade do Estado de Mato Grosso –  
UNEMAT  
E-mail: karita.araujo@unemat.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2320-6269>

Histórico do Artigo:  
*Recebido*  
*Maio de 2021*  
*Aceito*  
*Junho de 2021*  
*Publicado*  
*Agosto 2021*

---

---

---

**Resumo:** A paisagem é uma categoria de análise geográfica que oportuniza aos estudantes potencializarem seus conhecimentos e ampliarem os saberes sobre a realidade partindo do meio em que está inserido. Para isso, o professor precisa, além do seu fazer pedagógico, ater-se às diretrizes que estão presentes nos documentos que orientam o componente curricular de Geografia. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo expor o resultado da análise da abordagem da categoria paisagem na disciplina de Geografia no 6º ano do Ensino Fundamental a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, a pesquisa seguiu os seguintes caminhos metodológicos: revisão bibliográfica para sustentar teoricamente a pesquisa proposta; análise documental para o levantamento

das informações contidas na BNCC, com posterior sistematização e interpretação do material levantado. Os resultados indicam que a abordagem da categoria paisagem apresentada pela BNCC inserida no componente curricular de Geografia para o 6º ano do Ensino Fundamental, proporciona ao estudante entender a paisagem dos lugares onde vive e a relação entre a sociedade e a natureza. Além disso, verificou-se a disponibilização de informações para a compreensão de que há diferentes modos de vida que se relacionam com a paisagem de forma mais harmoniosa, especificando que é imprescindível reconhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural, bem como, buscar um convívio mais harmônico com a natureza.

**Palavras-chave:** Categoria Geográfica. Ensino de Geografia. Documento de Referência.

**Abstract:** The landscape is a geographic analysis category that provides opportunities for students to enhance their knowledge and expand their learning about reality starting from the environment in which it is inserted. For this, the teacher needs, in addition to his pedagogical practice, to stick to the guidelines that are present in the documents that guide the curricular component of Geography. In this sense, this article aims to expose the result of the analysis of how the approach of the landscape category for the Geography of the 6th year of Elementary School is proposed in the Common National Curriculum Base (BNCC). Therefore, the research adopted the following methodological approaches: literature review to theoretically support the proposed research; documental analysis for the survey of the information contained in the BNCC, with subsequent systematization and interpretation of the material collected. The results indicate that the approach of the landscape category presented by BNCC, inserted in the Geography curricular component for the 6th year of elementary school, allows the student to understand the landscape of the places where he lives and the relationship between society and nature. In addition, it was verified the availability of information to understand that there are different ways of life that relate to the landscape in a more harmonious way, specifying that it is essential to recognize and respect ethnic and cultural diversity, as well as to seek a more harmonious relationship with the nature.

**Keywords:** Geographic Category. Geography Teaching. Reference Document.

**Resumen:** El paisaje es una categoría de análisis geográfico que brinda oportunidades para que los estudiantes mejoren sus conocimientos y amplíen sus saber sobre la realidad a partir del entorno en el que se insertan. Para ello, el docente necesita, además de su práctica pedagógica, ceñirse a los lineamientos que están presentes en los documentos que orientan el componente curricular de Geografía. En este sentido, este artículo tiene como objetivo exponer el resultado del análisis de cómo se propone y aborda la categoría de paisaje para la Geografía del 6º año de Educación Primaria en el Base de Currículo Nacional Común (BNCC). Por tanto, la investigación siguió los siguientes caminos

metodológicos: revisión de la literatura para sustentar teóricamente la investigación propuesta; análisis documental para el levantamiento de información contenida en el BNCC, con posterior sistematización e interpretación del material recolectado. Los resultados indican que el abordaje de la categoría paisaje presentado por BNCC, insertado en el componente curricular de Geografía para el sexto año de la escuela primaria, permite al alumno comprender el paisaje de los lugares donde vive y la relación entre sociedad y naturaleza. Además, se verificó la disponibilidad de información para comprender que existen diferentes formas de vida que se relacionan con el paisaje de una manera más armónica, precisando que es fundamental reconocer y respetar la diversidad étnica y cultural, así como buscar un relación más armoniosa con la naturaleza.

**Palabras Clave:** Categoría Geográfica. Enseñanza de la Geografía. Documento de Referencia.

## INTRODUÇÃO

A ciência geográfica se mostra essencial para contribuir com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem que promovam um melhor entendimento da realidade que se vive. Trata-se de promover meios aos educandos de compreender o espaço - objeto de análise da ciência geográfica - e, por conseguinte, o mundo e seu cotidiano.

Assim, a Geografia, a partir das concepções sobre o espaço geográfico, possibilita o entendimento da relação estabelecida entre sociedade e espaço. De acordo com Santos (2008, p. 67), “o espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade.” Nessa perspectiva, o homem produz e transforma o espaço geográfico a todo instante, fazendo dele “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2017, p. 63).

Esse entendimento também é sustentado por Suertegaray (2001, p. 3), para quem “O espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas[...], reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, é a coexistência do passado e do presente reconstruído no presente”. Com isso, referidas premissas reforçam a importância da temática pesquisada, evidenciando que o espaço geográfico, resultante da relação entre natureza e sociedade, leva a Geografia a se ocupar “[...] de um lado, com os elementos e atributos naturais, procurando não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles; e

de outro, verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nos sistemas naturais” (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, s/d, p. 34).

Diante desse cenário, o contexto educacional vivenciado pela Geografia deve estar pautado em práticas que auxiliem o aluno a alcançar a compreensão das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, levando-o a se desenvolver enquanto cidadão crítico e responsável, a partir da tomada de consciência quanto às suas ações como sujeito que atua nos polos ativo e passivo em relação ao meio que ocupa (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, s/d).

Essa consciência crítica é responsável não só pela construção de novos conhecimentos, como permite ao aluno se posicionar com criticidade em relação ao tipo de transformação que é desencadeado no espaço geográfico em que se encontra inserido. Por isso, no ensino de Geografia:

[...] a análise da paisagem deve focar as dinâmicas de suas transformações e não simplesmente a descrição e o estudo de um mundo aparentemente estático. Isso requer a compreensão da dinâmica entre os processos sociais, físicos e biológicos inseridos em contextos particulares ou gerais (BRASIL, 2001, p. 26).

A partir dessa perspectiva, ratifica-se a importância do ensino da Geografia, cujo papel na construção do conceito de paisagem se mostra essencial, pois dele advém a “concepção de que os espaços têm uma forma (paisagem) que expressa seu conteúdo (o movimento social), de que a paisagem revela as relações de produção da sociedade, seu imaginário social, suas crenças, seus valores, seus sentimentos” (CAVALCANTI, 2010, p. 53).

Outro destaque que cabe realizar, refere-se ao papel do docente como mediador *do e no* processo de assimilação do conceito de paisagem, uma vez que se trata de uma habilidade fundamental para a vida cotidiana e atua diretamente no processo de construção de saberes significativos ao aluno.

Com este entendimento, o objetivo deste artigo torna-se expor o resultado da análise de como é proposta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a abordagem da categoria paisagem para a Geografia do 6º ano do Ensino Fundamental.

A categoria paisagem foi escolhida como temática de estudo, pois, trata-se de uma categoria que oportuniza aos educandos potencializarem seus conhecimentos e ampliarem os saberes sobre a realidade partindo do meio em que estão inseridos.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa recorreu-se aos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, análise documental e sistematização e interpretação das informações. No que se refere à pesquisa bibliográfica, buscou-se suporte teórico em temas da educação brasileira, do ensino de Geografia, da categoria paisagem e da BNCC, pesquisa essa que, de acordo com Gil (2008, p. 50), “[...]reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

A análise documental foi adotada para se proceder a busca de informações na BNCC, a partir de um recorte, retirando as informações pertinentes às orientações para o 6º ano no que tange às discussões acerca da categoria paisagem. Após a análise do documento foi realizada a sistematização e interpretação das informações, conceituações nele encontradas.

Para a sistematização e a interpretação das informações coletadas seguiu-se uma abordagem qualitativa, uma vez que este tipo de abordagem, conforme apontam Minayo e Sanches (1993, p. 246) permite “aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Destaca-se que todo o percurso metodológico, desde a construção do referencial teórico, até as análises e a interpretação, foi realizado sob a abordagem do método dialético, por entender que por seu intermédio, torna-se possível analisar a realidade, evidenciando suas contradições. Nesse sentido, o “[...] materialismo histórico-dialético revela uma análise mais complexa e completa da sociedade e da sua produção, pois demonstra o movimento e a produção concreta realizada através da história” (OPOLSKI e LEME, 2016, p. 110).

## **A PAISAGEM COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA**

Compreende-se a categoria paisagem - foco central desta pesquisa - como aquela que oferece unicidade na interpretação do espaço geográfico, sendo, portanto, essencial como elemento a ser estudado em sala de aula.

O conceito de paisagem mais remoto é o relacionado ao conceito artístico, ou seja, às pinturas. De acordo com Maximiano (2004, p. 84) o conceito de paisagem tem uma relação com o surgimento da vida humana na Terra ao longo dos tempos e isso fica evidente nas representações de pinturas rupestres que datam entre 30 mil e 10 mil anos a.C. e são

consideradas como os “registros mais antigos que se conhece da observação humana sobre a paisagem”.

Conforme Cosgrove (1998), o conceito de paisagem foi introduzido no período do Renascimento com o objetivo de apontar uma relação entre o homem e o seu ambiente, uma vez que ele, inicialmente só era relacionado à paisagem natural, ou seja, com os elementos da natureza (vegetação, solo, rios etc.) e, nesse cenário, o homem não era entendido como sujeito que atua nesta relação.

A paisagem é apreendida de forma diferente em cada corrente paradigmática da Geografia. A Geografia Tradicional, conforme Corrêa (2005), no período entre 1850 e 1950, tem fortes contribuições de Alexandre Von Humboldt (1777), Carl Ritter (1807) e Ratzel (1909), advindos da escola alemã e de Vidal de La Blache, escola francesa.

Nesse paradigma da Geografia, a paisagem conforme o entendimento de Christofolletti (1982), é considerada como a composição de elementos geográficos que se unem uns com os outros. A paisagem é determinada “[...] como o fato que melhor expressava o relacionamento entre o homem e o meio e caracterizava as diferenças entre as áreas, mostrando concreta e objetivamente os diversos acontecimentos, a função do geógrafo era a de pesquisar a natureza, os elementos da fisionomia” (CHRISTOFOLLETTI, 1982, p. 80).

Corrêa (2005, p. 17) indica que a Geografia Tradicional, na diversidade de suas traduções, fez prevalecer os conceitos de paisagem e região, implicando, assim, a instituição de um debate sobre o objeto da Geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências. De acordo com o autor, “os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, [...] paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de área” (CORRÊA, 2005, p. 17).

Para alguns teóricos que advogavam ser a Geografia uma ciência que investiga a individualidade dos lugares (regional) e para aqueles que procuravam leis e regularidades em lugares diversos (geral), a paisagem tornou-se objeto de análise (CAVALCANTI, 2010).

A partir da década de 1950 surge no âmbito da ciência Geográfica, um movimento de renovação que foi denominado de Nova Geografia ou Geografia Teórico-Quantitativa. As bases teórico-metodológicas desta corrente paradigmática são neopositivistas, cujo método de abordagem é o hipotético-dedutivo, priorizando os modelos quantitativos e matemáticos. Sobre a escolha desta base teórico-metodológica, Santos (2004) explica que a importância dada à quantificação se justificou pela busca do *status* de ciência para a Geografia.

Para Christofolletti (1982, p. 81), com o surgimento da corrente Teórico-Quantitativa a paisagem passou a ser entendida como um “sistema espacial ou organização espacial,

compreendendo a estrutura dos elementos e os processos que respondem pelo funcionamento de qualquer espaço organizado”.

Passos (1998, p. 43) ao refletir sobre a corrente da Nova Geografia expressa que nela “a paisagem se coloca mais como um adjuvante do que como um objeto de pesquisa em si mesmo.” Tal pensamento coaduna com o entendimento de Corrêa (2005, p. 20) sobre esta, que aponta para o fato de que o conceito de paisagem é deixado de lado enquanto a categoria espaço possui uma relevância primordial.

A paisagem volta a ser valorizada na Geografia a partir de 1970 com o estabelecimento da corrente paradigmática Geografia Humanística e Cultural, que tem suas raízes na fenomenologia (CORRÊA, 2005). O mesmo autor (2014, p. 41) apresenta que no domínio desta corrente o conceito de paisagem é defendido de forma diferenciada, exemplificando com Sauer, geógrafo Americano, que a interpreta como “o conjunto de formas naturais e culturais associadas em área” e com Cosgrove, geógrafo britânico, para o qual ela “não é apenas morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo.”

A forma que se apreende as categorias geográficas de análise da Geografia reflete a capacidade de interpretar a realidade. Nesse contexto, uma outra corrente de pensamento, que se configurou também a partir da década de 1970, a denominada Crítica ou Radical denota que a Geografia Teorético-Quantitativa, assim como a Tradicional, não foram suficientemente capazes de responder os questionamentos que o mundo exigia da Geografia.

Esta corrente de pensamento, calcada no materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, na compreensão de Corrêa (2005), teve a intenção de inserir os estudos geográficos em um contexto social, político e econômico, em outras palavras teve como objetivo priorizar as questões sociais e não as puramente espaciais.

Os direcionamentos, no campo desta linha marxista, que contribuíram para consubstanciar a Geografia Crítica podem ser encontrados, por exemplo, em David Harvey, Yves Lacoste, David M. Smith etc. No Brasil, os debates marxistas aparecem em Milton Santos, Ruy Moreira, dentre outros.

Com a base teórico-metodológica marxista, Milton Santos (2004, p. 153) defende que “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” Já Corrêa (2005, p. 25) acrescenta que o espaço é o “lôcus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade”.

No âmbito dessa interpretação do espaço, a paisagem é apresentada como um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e natureza” (SANTOS, 2017, p. 103).

Como pode ser observado, de modo geral, o conceito de paisagem é plural, e na ciência Geográfica observa-se uma grande diversidade de concepções. Para fins deste estudo, adotou-se o conceito de paisagem do ponto de vista da Geografia Crítica, tomando-a como dinâmica, multitemporal e resultante das ações no espaço desencadeadas pelas relações sociais de produção. Referida concepção auxilia na análise da categoria paisagem a partir dos constructos da BNCC, conforme exposto na sequência.

## **A NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Desde o início da construção até a sua fase de implantação, a BNCC passou por debates acirrados. De um lado, o governo com sua política educacional periférica e, do outro, contrapondo a esse modelo, têm-se os especialistas em educação, preocupados com uma política educacional emancipatória, inclusiva e que, de fato, venha a atender às necessidades do cenário educacional brasileiro. Não obstante a esses contrapontos, ainda poderia ser agregado a tal discussão, o posicionamento das empresas privadas de educação e seu interesse na construção da BNCC.

Verifica-se que a estrutura geral da BNCC foi organizada visando atender as três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Assim, tem-se que a Base conta com a seguinte estrutura: competências gerais, áreas de conhecimento, componente curricular, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. No que se refere às competências gerais, como mencionado anteriormente, estas devem integrar todas as etapas da Educação Básica, e, diante desse cenário, o Ensino Fundamental é constituído a partir delas. Além disso, tem-se, ainda, as competências específicas de cada componente curricular (disciplinas), que se desdobram em eixos, unidades temáticas, objetos de conhecimento (que são os conteúdos, os conceitos e os processos) e habilidades (que são os objetivos de aprendizagem).

No que diz respeito à fase de elaboração da BNCC, Cássio (2019) traz que a primeira versão desse documento, com 302 páginas, foi disponibilizada para consulta pública *on-line*, em 16 de setembro de 2015. Em 3 de maio de 2016, a segunda versão, já com 652 páginas, foi

disponibilizada e as discussões sobre o seu conteúdo ocorreram em seminários realizados nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal.

Ainda de acordo com Cássio (2019), a terceira versão da BNCC foi divulgada em 6 de abril de 2017. As discussões acerca dessa versão foram realizadas mediante cinco audiências públicas e analisadas por especialistas e em 20 de dezembro desse mesmo ano, a BNCC do Ensino Fundamental foi homologada. Referente à BNCC do Ensino Médio, sua homologação se deu em 14 de dezembro de 2018.

Sobre o processo de elaboração da Base, Cássio (2019, p. 17) afirma que o alargamento da autoridade política de setores ultraconservadores e do fundamentalismo religioso “[...] colaborou para que o texto da BNCC detenha ainda mais fragilidade do ponto de vista do enfrentamento às diferenças e da proteção dos direitos humanos.”

Após a fase de elaboração, inicia-se a fase de implantação nas secretarias estaduais e municipais de educação. Para tanto, o Ministério da Educação (MEC), por meio da edição da Portaria n.º 331, de 5 de abril de 2018, instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), estabelecendo diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.

Para Dourado e Siqueira (2019, p. 292), o complicado procedimento de aprovação e a homologação da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC “sucedeu na separação da Educação Básica, expressa pela permissão de duas bases curriculares: a da Educação Infantil e o Ensino Fundamental e outra, do Ensino Médio.”

Diante desse contexto, a BNCC é apresentada como um documento de referência na educação nacional, que estabelece os conhecimentos fundamentais, ou seja, promove o processo de aprendizagens dos saberes tidos como essenciais os quais todos os estudantes da educação básica devem desenvolver.

Dourado e Siqueira (2019, p. 299) alertam, entretanto, que é “importante ressaltar que a BNCC se restringe a um tipo de aprendizagem: aquela parametrizada e instrumentalizada com ênfase nas operações básicas e na leitura.”

Ainda sobre as aprendizagens essenciais, verifica-se no documento que elas devem garantir aos estudantes a possibilidade de desenvolvimento de competências a serem consolidadas no contexto pedagógico. Assim, o discurso da pedagogia das competências adotado pela BNCC apresenta uma defesa da ideologia de mercado, conforme apontado por Frigotto (2011).

O Estado, ao invés de ampliar o fundo público visando responder às políticas públicas de cunho global, fraciona as ações em políticas focais que suavizam os resultados sem

modificar consideravelmente as suas deliberações (FRIGOTTO, 2011). E, dessa maneira, é dado destaque aos processos de avaliação de resultados definidos “pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências” (FRIGOTTO, 2011, p. 245).

Já os autores da Base Nacional Comum Curricular defendem esse fundamento pedagógico apresentando a definição de competências.

Competências é definida como mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demanda complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Na tentativa de apresentar a importância das competências, o documento expressa, ainda, que cada uma das dez competências se refere a uma dimensão imprescindível da aprendizagem. Elas se referem ao conjunto de conhecimentos que devem ser alcançados pelos alunos ao final da Educação Básica. Para tanto, essas competências precisam perpassar pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e chegar até o final do Ensino Médio, ou seja, é preciso que as competências estendam-se no método didático e pedagógico adotados nesses três segmentos. Segundo o documento:

Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais da Educação Básica**, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 25, grifo do autor).

Portanto, essas competências devem contribuir com a estruturação do conhecimento, desenvolvimento de habilidades e constituição de comportamentos e valores.

No que tange aos marcos legais que embasam a BNCC, pode-se dizer que não se trata de um tema contemporâneo. Isso porque, desde a década de 1980, há menção dessa política educacional nos documentos oficiais do Brasil. Os documentos legais que dão sustentação aos seus propósitos são: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

No que se refere aos fundamentos pedagógicos da BNCC, destaca-se o foco dado no desenvolvimento de competências e o compromisso com a educação integral. O documento justifica o uso de competências por estar consubstanciado no texto da LDB, nos artigos 32 e 35, quando instituiu as intenções gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Esse pensamento já era constatado desde o final do século XX e permaneceu no centro do desenvolvimento e direcionamento das políticas educacionais para grande parte dos Estados, Municípios e de outros países para elaboração de seus currículos.

No que se refere às competências, é fundamental esclarecer que, nos sistemas educacionais, elas têm uma relação muito estreita com o mundo do trabalho e o delineamento do trabalhador, ou seja, um trabalhador competente, capaz de executar seu trabalho com eficiência.

Essa é uma concepção global de formação que tem como base a “aquisição de informações e de conhecimentos, mas também de habilidades, de atitudes e de valores, cuja integração é fundamental para a garantia de um bom desempenho profissional.” (BITTENCOURT, 2019, p. 1771).

Outra justificativa que os autores da Base apresentam sobre o uso das competências está expressa na citação que segue:

É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) [...], e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) [...], que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE) [...] (BRASIL, 2018, p. 13).

Essa justificativa, apresentada no documento, demonstra a quem a Base irá servir. Citado por Neira (2019), Lopes e Marcelo (2011) alertam para a maldade da articulação, sob o comando do mercado, de organismos internacionais, avaliações standardizadas e currículos por competências.

O outro fundamento pedagógico especificado na BNCC é o compromisso com a educação integral, reconhecendo que a educação básica deve:

Visar à formação e ao desenvolvimento humano global, [...] assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto [...] promover uma educação voltada ao seu acolhimento,

reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).

Baseado nos termos acima, Bittencourt (2019), por meio do seu artigo “Educação integral no contexto da BNCC”, identifica algumas contradições na Base em relação à educação integral.

Embora o documento reafirme a busca pelo desenvolvimento humano integral na perspectiva da aquisição de competências, a sintonia com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, esta não constitui a característica principal do seu desenho curricular, já que se trata de um documento curricular que especifica previamente todos os objetos de conhecimento de todas as áreas, em cada grau de ensino, cada qual com seus respectivos objetivos de aprendizagem, denominados de “habilidades” (BITTENCOURT, 2019, p. 1773).

A BNCC orienta que o sistema educacional brasileiro das redes municipais, estaduais e particulares terá que organizar, estruturar e reestruturar seus currículos para cada etapa da Educação Básica, de forma a incluir os conteúdos essenciais definidos pelo documento e a parte diversificada de responsabilidade dos sistemas de ensino. As Secretarias Estaduais e Distritais de Educação (SEDEs) e as Secretarias Municipais de Educação (SMEs), por sua vez, devem atualizar seus referenciais curriculares, alinhando-os à BNCC, para que as escolas possam atualizar seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs).

Em relação ao currículo, os autores afirmam que a “BNCC e currículos, tem papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica[...]” (BRASIL, 2018 p. 16), justificando que as aprendizagens só se transformam em realidade por meio de um conjunto de definições que constituem o currículo em ação. Para tanto, faz-se necessário considerar alguns fatores, como autonomia das instituições de ensino, a situação da realidade de cada estudante e a realidade local.

Contrapondo os argumentos acima, Cássio (2019, p. 13) diz que “a Base é antes de tudo, uma política de centralização curricular [...]” e Neira (2019, p. 176) aponta que “a opção anacrônica por um currículo baseado em competências e habilidades prescritas reduz em demasia as possibilidades pedagógicas do professor e formativas dos estudantes.”

Diante do que está posto e mesmo sendo um documento de caráter normativo, os educadores e educadoras precisam se posicionar criticamente para ter condições de reescrever, na prática, a proposta apresentada pela Base.

Diante das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular, autores como Cassio (2019), Giroto (2019) e Guimarães (2020), dentre outros, expressam que é imprescindível que se questione sobre o modelo de educação que é apresentado pela Base, um paradigma centrado no currículo com ênfase no gerencialismo, em que os fundamentos pedagógicos são enraizados na pedagogia das competências e habilidades.

## **A CATEGORIA PAISAGEM NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PROPOSTA PARA O 6º. ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Base Nacional Comum Curricular apresenta-se como um documento de referência obrigatório para a construção dos currículos escolares dos estados e municípios brasileiros. Nesse contexto, buscou-se verificar como a categoria paisagem é abordada neste documento na Geografia - componente curricular - no 6º Ano do Ensino Fundamental.

Na BNCC, o componente curricular de Geografia encontra-se na área Ciências Humanas e está organizado em cinco unidades temáticas que buscaram organizar os objetos de conhecimento (conteúdos) e a progressão das habilidades: (1) O sujeito e seu lugar no mundo; (2) Conexões e escalas; (3) Mundo do trabalho; (4) Formas de representação e pensamento espacial e (5) Natureza, ambientes e qualidades de vida.

Para os autores da Base, “[...] a abordagem dessas unidades temáticas deve ser realizada integralmente, uma vez que a situação geográfica não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas um conjunto de relações” (BRASIL, 2018, p. 365).

Para Pereira (2016, s/p), ao apresentar as unidades temáticas, “os autores apresentam e estabelecem a relação entre a forma, o conteúdo e os conceitos que serão trabalhados em cada unidade.” E complementa:

O texto é de fácil compreensão, não se alonga mais que o necessário, é construído à luz dos conceitos e categorias geográficas e, por fim, indica apontamentos distintos de cada unidade para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, o que facilita a compreensão e organiza as expectativas. (PEREIRA, 2016, s/p).

Tendo as inferências das unidades temáticas e, em consonância com as competências gerais da Educação Básica e as competências da área de Ciências Humanas, o componente

curricular de Geografia dispõe de sete competências específicas que devem permear a educação geográfica dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental.

De modo a contribuir com o desenvolvimento dessas competências, a BNCC indica uma forma de organização em espiral, na qual os conteúdos constantes em cada ano de escolaridade vão reaparecendo nos anos seguintes, aumentando-se, no entanto, o nível de complexidade. Assim, o docente deverá levar em consideração a progressão dos conteúdos a cada ano de escolaridade, quando do preparo de sua aula, de forma a proporcionar ao aluno que ele possa desenvolver as habilidades do ano em que se encontra.

No que se refere à categoria paisagem apresentada no conteúdo do 6º ano, verifica-se que a BNCC a vincula ao conceito de identidade, conforme se verifica no excerto abaixo:

[...] a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: **na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade** [...] (BRASIL, 2018, p. 359, grifo nosso).

Observa-se, pois, que o conceito de paisagem expresso na citação acima não pode ser compreendido fora do contexto de totalidade do espaço geográfico. Assim, coaduna-se com Santos (1988, p. 61) na concepção que a “paisagem é a materialização de um instante da sociedade, ao passo que o espaço geográfico contém o movimento dessa sociedade, por isso paisagem e espaço constituem um par dialético.” E prossegue: “numa perspectiva lógica, paisagem é já o espaço humano em perspectiva” (SANTOS, 2017, p. 106).

Tendo como base as colocações de Milton Santos e a proposta de educação geográfica discutida na BNCC, voltada para a construção do conceito de identidade associado à categoria paisagem, observa-se que sua importância na educação geográfica está no entendimento de que, ao olhar a paisagem, percebe-se a existência das pessoas em suas ações individuais e coletivas.

Nessa concepção, a BNCC apresenta a categoria paisagem no Ensino Fundamental, buscando estabelecer a relação do aluno com o mundo e a sociedade. Para se demonstrar com mais clareza, elaborou-se um quadro-síntese para elucidar tal concepção (Quadro 1). A princípio, destaca-se como a BNCC propõe o estudo da paisagem no 6º ano do Ensino Fundamental, trazendo, para as discussões, o próprio arranjo que o documento propõe para

organização do conhecimento escolar: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

Quadro 1 – Abordagem da categoria paisagem no 6º ano do Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular

<b>Unidades Temáticas</b>	<b>Objetos de conhecimento</b>	<b>Habilidades</b>
Sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. (EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
Mundo do trabalho	Transformações das paisagens naturais e antrópicas	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização. (EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.

Fonte: adaptado pelas autoras a partir de Brasil (2018, p. 384-385).

Na Geografia do 6º ano do Ensino Fundamental, a categoria paisagem permeia duas unidades temáticas, responsáveis por contribuir com o processo de educação geográfica a ser desenvolvido, quais sejam: “O sujeito e seu lugar no mundo” e “Mundo do trabalho”. Quanto à primeira unidade, verifica-se que esta prioriza a abordagem da categoria paisagem através das concepções de pertencimento e identidade, visto que, os objetivos de aprendizagem encontram-se voltados para promover comparações quanto as modificações das paisagens nos lugares de vivência dos alunos e, em decorrência dos usos desses lugares em diferentes tempos, além de analisar modificações realizadas por diferentes sociedades, com destaque para os povos originários (BRASIL, 2018).

A proposta de abordagem da paisagem trazida pelos autores da BNCC, está consubstanciada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia.

Tal abordagem visa favorecer também a compreensão, por parte do aluno, de que ele próprio é parte integrante do ambiente e também agente ativo e passivo das transformações das paisagens terrestres. Contribui para a formação de uma consciência conservacionista e ambiental não somente em seus aspectos naturais, mas também culturais, econômicos e políticos (BRASIL 1998, p. 32).

A partir desse ponto de vista, a paisagem pode ser compreendida como algo vivo, dinâmico, construído pelo homem. Esse modo de conceber a paisagem deve ser desenvolvido na escola pelo professor, ou seja, “caberia ao ensino trazer a ‘paisagem’ para o universo do aluno, para o lugar vivido por ele, o que quer dizer trazer a paisagem conceitualmente como instrumento que o ajude a compreender o mundo em que vive” (CAVALCANTI, 2010, p. 101).

Para essa autora, é necessário considerar a vivência dos discentes como parte do conhecimento, considerando que “levar em conta o mundo vivido dos alunos implica apreender seus conhecimentos prévios e sua experiência em relação ao assunto estudado [...]” (CAVALCANTI, 2010, p. 148).

Já a unidade temática “Mundo do trabalho” tem como foco central o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre o campo e a cidade, destacando as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais (BRASIL, 2018, p. 363).

O objeto de conhecimento, a partir dos conteúdos indicados pela BNCC nessa unidade temática para o 6º ano, é a “transformação das paisagens naturais e antrópicas” (BRASIL, 2018, p. 384-385), e apresenta como objetivos de aprendizagem, a identificação das características das paisagens transformadas pelo trabalho humano, em decorrência do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização. Aborda, ainda, a explicação sobre as mudanças na interação humana com a natureza, a partir do surgimento das cidades.

A concepção de paisagem discutida acima pode ser percebida nas reflexões de Schier (2003, p. 80), para quem “a transformação da paisagem pelo homem representa um dos elementos principais na sua formação”, e, em Santos (1988, p. 72), quando diz que “a paisagem é a materialização de um instante da sociedade.”

Nesse entendimento, de acordo com Schier (2003, p. 80), a paisagem é discutida na Base “como um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana”.

Assim, a questão cultural tem exercido uma função importante na definição comportamental das pessoas em relação ao ambiente, fazendo com que certas “paisagens apresentem, na sua configuração, marcas culturais” (SCHIER, 2003, p. 80), ganhando, com isso, uma identificação peculiar.

Outra reflexão que se pode fazer sobre a possibilidade que a BNCC traz de discutir a categoria paisagem é a relevância do seu olhar por meio da perspectiva da cidade. Para Cavalcanti (2012), isso possibilita a obtenção de informações e a formação de conceitos imprescindíveis no desenvolvimento espacial, como: paisagem urbana, urbanização, metropolização e rede urbana.

Para a autora, a cidade precisa ser concebida como espaço que ensina, uma vez que: “Sua estruturação se dá de tal modo, que ela educa seus habitantes e pode educá-los, por exemplo, para a vida solidária ou, ao contrário, para o isolamento e a segregação” (CAVALCANTI, 2012, p. 55).

Ainda nessa perspectiva de abordagem, a escola, como espaço educativo, tem a possibilidade de abordar a paisagem, suscitando nos alunos a importância de zelar pelo meio ambiente. Despertando, concomitantemente, o senso de cidadania, além de fomentar o interesse em compreender as diferentes relações entre a sociedade e a natureza. Além de possibilitar o entendimento das transformações da paisagem urbana e rural pela ação do homem, para que tenham condições de associar sua vida cotidiana com a paisagem local, aquela na qual ele está inserido. Portanto, ao abordar a categoria paisagem no contexto escolar, é necessário fazê-lo sob uma perspectiva que traga significado para o aluno e, conseqüentemente, viabilize a aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou somar com as pesquisas voltadas para as reflexões e práticas que emergem no ensino da Geografia a partir da abordagem da categoria paisagem, diante de sua importância no processo de ensino-aprendizagem desta disciplina.

Tal escolha se deu partindo do entendimento de que a paisagem abriga um conjunto de elementos e fatores que envolvem o meio natural e que passam por constantes transformações, de forma que, a partir dos conhecimentos advindos das unidades temáticas (O sujeito e seu lugar no mundo e Mundo do trabalho), mostra-se possível ao aluno identificar, analisar, bem como, reconhecer e estabelecer relações sobre as principais características que

integram a paisagem, através da observação desses elementos no seu entorno, permitindo-o desenvolver competências e habilidades quanto à espacialidade geográfica.

Assim, a partir das orientações trazidas pela BNCC, verifica-se existência de elementos que auxiliem no trabalho docente no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, voltado para a formação reflexiva, crítica e cidadã dos sujeitos para que sejam conscientes de suas responsabilidades para com a sociedade e o meio.

Nessa perspectiva, o estudante deve ser motivado a atuar como protagonista na construção do seu conhecimento, pois, a partir de sua percepção enquanto sujeito que integra uma sociedade com deveres e obrigações, será possível desenvolver significados de pertencimento e responsabilidade social.

A pesquisa realizada possibilitou identificar a abordagem dada à paisagem na BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental, através da qual, verificou-se que os conteúdos indicados para esse ano proporcionam ao aluno entender a paisagem dos lugares onde vive e a relação entre a sociedade e a natureza. Além disso, verificou-se a disponibilização de informações para a compreensão de que há diferentes modos de vida que se relacionam com a paisagem de forma mais harmoniosa, especificando, que é imprescindível reconhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural, bem como, buscar um convívio mais harmônico com a natureza.

Conclui-se, por fim, que apesar de entraves políticos pedagógicos e de o texto da BNCC não contar com maior aporte de teóricos da área da Geografia, este instrumento pode, quando utilizado de forma crítica pelo professor, auxiliar efetivamente na prática docente e na construção dos saberes de seus educandos. No entanto, tal constatação não esgota a necessidade de ampliação de estudos que promovam a melhoria dos textos normativos, a formação do docente e as práticas nas salas de aula.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, L. D. de. **O ensino de Geografia na BNCC: os percursos didáticos, das habilidades às competências.** 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/download/3185/3048/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BITTENCOURT, J. Educação integral no contexto da BNCC. **Revista e-Curriculum**, São Paulo-SP, v. 17, n. 4, p. 1759-1780, out./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/41726>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2. Geografia: Ensino de quinta a oitava série / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: Caracterização da Área de Geografia. Brasília: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. 2018. Disponível em: [http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 18 jul. 2019.

CÁSSIO, F. Existe vida fora da BNCC? *In*: CASSIO, F.; CATELLI Jr., R. (orgs) **Educação é a Base?** 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo-SP: Ação Educativa, 2019. p. 13-39.

CAVALCANTI, L. de S. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas-SP: Papyrus, 2012.

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p.71-101.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 15-47.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte. *In*: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBPAAE**, v. 35, n. 2, p. 291- 306, mai.-ago./2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/vol35n22019.95407>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 46, p. 235-274, jan.-abr./2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GIOMETTI, A. B. dos R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. **Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território**. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1\\_d22\\_v9\\_t02.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf). Acesso em: 14 mar. 2019.

GIOTTO, E. D. Da Geografia da BNCC às geografias das escolas: tensões e resistências. *In*: CASSIO, F.; CATELLI Jr., R. (orgs.) **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo-SP: Ação Educativa, 2019. p. 195-204.

GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 15-47.

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino em Re-Vista**. Uberlândia, MG. V 25, n. 3, p. 1036-1056, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46456/24953>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA E GA**, n. 8, p. 83-91, Curitiba: UFPR, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MINAYO, M. C. de S. e SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, n. 9, v. 3, p. 239-262, Rio de Janeiro, RJ, jul.-

set./1993. Disponível em:  
[scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?lang=pt&format=pdf](http://scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?lang=pt&format=pdf). Acesso em: 20 abr. 2019.

NEIRA, M. G. BNCC de Educação Física: caminhando para trás. *In*: CASSIO, F.; CATELLI Jr., R. (orgs.) **Educação é a Base?** 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo-SP: Ação Educativa, 2019. p. 159-178.

OPOLSKI, C. A.; LEME, R. C. B. O método materialista histórico dialético e a relação com a diretriz curricular orientadora de Geografia do Paraná. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 103-111. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/article/download/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PASSOS, M. M. **Biogeografia e paisagem**. Presidente Prudente/SP: Editora do Autor, 1998.

PEREIRA, C. M. R. B. Base Nacional Comum Curricular – BNCC – 3ª versão Ensino Fundamental – **Geografia**. Leitura crítica. 2016. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Parecer\\_9\\_GE\\_Carolina\\_Machado\\_Rocha\\_Busch\\_Pereira.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Parecer_9_GE_Carolina_Machado_Rocha_Busch_Pereira.pdf). Acesso em: 12 fev. 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS. **Espaço é Método**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed, São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **Raízes**, n. 7, p.79-85, Curitiba-PR, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353>. Acesso em 22 jun. 2019.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, n. 93, s.p., jul./2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 22 ago. 2019.